

Embaixador propõe soluções

178

O Embaixador Afonso Arinos de Mello Franco informou ontem ao GLOBO que as sugestões que entregou ao Senador Petrônio Portela estão num "memorando" de 23 páginas, no qual faz "uma análise crítica da situação vigente" e propõe o que, a seu ver, é "a melhor saída para restaurar o estado de direito no País".

— Neste estudo — disse o Embaixador — dou algumas sugestões básicas, pois não se pode fazer tudo de uma vez. Falo na necessidade de periodização do trabalho a ser realizado e menciono as medidas que me parecem adequadas e possíveis, mas prefiro não destacar nenhum aspecto porque não sei exatamente como o material vai aproveitado pelo Senador. Penso, entretanto, divulgar a íntegra do "memorando" oportunamente.

TELEFONEMA

O Embaixador acrescentou ter conversado com Petrônio ontem pela manhã e mostrou-se surpreso com a notícia de que seu estudo será levado quarta-feira próxima, juntamente com outras sugestões, ao Presidente Geisel. "O Senador não falou nada sobre isso. Conversamos bastante por

telefone, sobre a situação do País e diversos outros assuntos, mas ele não tocou nisso", afirmou.

Afonso Arinos lembrou que num determinado momento Petrônio disse que voltaria a conversar com ele "talvez na próxima semana" sobre seu estudo e achou que isso deveria ter alguma ligação com os planos do Senador, que incluem o encontro com o Presidente Geisel. "De qualquer forma, fico muito satisfeito de ver que as coisas estão andando. A esta altura, como jurista, estou mais preocupado em evitar que se faça o que não queremos, do que o que queremos" — concluiu.

A opinião do Embaixador Afonso Arinos sobre o Estado de Direito expressa à imprensa, é a seguinte:

"A solução para o impasse institucional do País só é possível pela via jurídica, com a restauração do Estado de Direito, tomado no seu significado mais abrangente, que envolve a autoridade, como executora de lei, a justiça, a ordem, a paz, a libertação do medo, a moral, a tolerância, a tradição, o progresso. Não existe Estado de Direito onde os direitos humanos não são reconhecidos, onde a repressão entrega o indefeso à violência da força irresponsável, onde um dos poderes submete a autonomia dos outros ao seu arbítrio, onde a justa liberdade é contida pela visão unilateral, onde a idéia de segurança de Estado torna-se exclusiva, com esquecimento da segurança individual e da segurança social largamente entendida".